

## Direito em construção

Professora desenvolve uma nova Teoria Geral do Direito, junto com ex-orientador (Paulo de Barros Carvalho - PUC/SP), a partir do método de estudo e conhecimento chamado Construtivismo Lógico-Semântico. Entre outros pontos, ela aplica a Linguística à interpretação da norma.

Pág. 5



## Fronteiras da insegurança

Programa de Formação Complementar apresenta a estudantes a realidade de milhões de pessoas em todo mundo: a migração forçada e a condição de refugiado. Brasil recebe pessoas principalmente da Venezuela, Cuba, China e Haiti . Pág. 4



# Chaves para o desenvolvimento econômico

## Pesquisador conclui estudo sobre a equação da estrutura produtiva do Paraná, que inclui setores-chave, mercado de trabalho e meio ambiente

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O professor Umberto Antônio Sesso Filho (Departamento de Economia) encerrou oficialmente em agosto seu projeto de pesquisa “Estrutura produtiva do Paraná: setores-chave, mercado de trabalho e meio ambiente”. Iniciado em 2016, e com recursos da Fundação Araucária, ele foi estendido em decorrência da pandemia, que acabou se tornando também um pesado fator para a própria pesquisa, uma vez que a economia foi diretamente afetada pelas políticas de isolamento, entre 2020 e 2022.

O projeto se baseou em fontes como o Ministério do Trabalho, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entre outras.

Com foco no impacto ecológico das atividades econômicas, o estudo demonstrou, entre outros pontos, que a pressão antrópica (humana) foi visível em muitos municípios do estado. O número crescente de automóveis em circulação e a perda de água, seja para consumo doméstico ou atividades produtivas, foram alguns dos fatores com efeitos negativos na economia. “A indústria sofreu muito”, exemplifica o professor Umberto.

O fato não passou despercebido pelo governo estadual, que ainda em 2020 criou um Grupo de Trabalho para analisar o cenário e propor estratégias para a recuperação da economia paranaense pós-pandemia. Por outro lado, as restrições impulsionaram o governo e outras organizações a investir em sustentabilidade, o que colaborou para obter o selo ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), da Organização das Nações Unidas (ONU), como foi o caso da UEL, entre outras instituições.

O efeito negativo na economia pode reverberar por uma grande parcela do mercado. Um exemplo está no turismo. Sem turistas, deixaram de gerar receita os hotéis, restaurantes, comércio, transportes, agências de viagem, companhias aéreas, prefeituras (taxas e impostos). Todos estes tinham funcionários, fornecedores,



“A responsabilidade ambiental é um pré-requisito”, afirma Umberto Sesso Filho

despesas de manutenção... enfim, foi grande a redução na geração de renda e no índice de emprego. Umberto Sesso informa que os setores que mais sofreram foram o de alimentos, construção civil, agropecuária e químico.

Quanto ao meio ambiente, a pesquisa sobre a estrutura produtiva leva muito a sério pelo menos dois fatores: o consumo de energia e de água para produção. O primeiro está associado à emissão de carbono, o que é uma preocupação ecológica. Mas nisso o estado não está mal, se comparado, por exemplo, a estados da região Sudeste que fazem extração mineral – eis aí uma atividade extremamente poluente. Quanto à água, o Paraná tem muita, e não desenvolve atividades das mais poluidoras. De fato, a água é o foco do próximo projeto do pesquisador.

### MODELO DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com o professor, os dados auxiliam na elaboração ou aperfeiçoamento de um modelo de desen-

volvimento que leve em consideração todos estes e outros fatores. Por exemplo, a tecnologia – uma valiosa aliada. Ela pode contribuir tanto no desenvolvimento de um produto (como um alimento saudável, um medicamento eficaz, um material de construção mais resistente) quanto, via de consequência, na expansão de mercado deste produto.

**Com foco no impacto ecológico das atividades econômicas, o estudo demonstrou, entre outros pontos, que a pressão antrópica (humana) foi visível em muitos municípios do estado**

A sustentabilidade é outra *conditio sine qua non* para a boa economia. “A responsabilidade ambiental é um pré-requisito”, afirma Umberto Sesso. Ele lembra que o Paraná, comparativamente, não sofre tanto com desmatamento, mas ainda existe.

Também há muito o que melhorar ainda quando o assunto é reciclagem. Contudo, um fator positivo no estado são as cooperativas, forte fator econômico. Um ranking internacional (World Cooperative Monitor), divulgado em agosto, colocou 11 cooperativas paranaenses do agro entre as melhores do mundo.

Ao lado da preocupação ambiental, o pesquisador cita o respeito aos

direitos trabalhistas e as políticas de geração de emprego e renda.

### REGIÕES

Ao observar as regiões do estado, diferenças de desenvolvimento são percebidas. O projeto colocou os dados em diversos mapas. A região menos desenvolvida, com o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que leva em conta fatores como economia, saúde e educação), é o Vale do Ribeira, ao norte de Curitiba, chegando até o estado de São Paulo.

A queda do IDH leva à queda de população. O que os números têm mostrado é que os municípios menores encolhem; os médios crescem mais que a capital; e os grandes ainda têm possibilidade de crescer. Os mapas constataram um aumento populacional na região metropolitana de Curitiba e no entorno de cidades como Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu. Já a região central do estado perdeu habitantes.

De outro lado, pensando no Paraná inserido em uma região, o que historicamente havia era o estado vendendo bens in natura e comprando-os de volta manufaturados (industrializados). Isso está mudando, pelo menos em alguns setores, como a produção de óleo e farelo. Implantar indústrias transformadoras no estado significa não apenas independência e economia de gastos, mas também, e principalmente, geração de novos empregos e renda. Afinal, a agropecuária é forte, mas consome mais insumo do que gera empregos.

Quanto ao setor de serviços, ele emprega mais que a indústria. Porém, o professor Umberto defende que poderia desenvolver ainda mais. Ele lembra que os serviços estão concentrados na capital do estado e que no interior há muito potencial não ou mal aproveitado. Um exemplo: Londrina é uma cidade forte em saúde e educação (que também sofreram com a pandemia), mas deixa muito a desejar quando o assunto é turismo.

Além disso, uma discussão que voltou à tona é a reindustrialização do país, ou seja, a retomada e fortalecimento da produção industrial, sustentável, para que pese ainda mais no desenvolvimento econômico. O vice-presidente do Brasil e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alkmin, anunciou que vai concentrar esforços para isso, assim que assumiu a pasta, em janeiro passado.

### Expediente



Reitora: **Marta Regina Gimenez Favaro**  
Vice-Reitor: **Airton Petris**



UEL - Campus Universitário - C.P. 6001  
CEP 86051-990 - Londrina, PR  
Contato: (43)3371-4361 e (43)3371-4115  
noticia@uel.br

Coordenação: **Beatriz Silvério Botelho**  
Edição: **José de Arimathéia**  
Redação: **Pedro Livoratti, Vitor Struck**  
Diagramação/Editoração: **Moacir Ferri**



# Receita de Justiça

## Cursos de Farmácia e Medicina assistem o Poder Judiciário com a elaboração de notas técnicas em demandas que envolvam tecnologia de medicamentos

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

O Conselho Nacional de Justiça criou, em 2016, o Núcleo de Apoio Técnico Judiciário (NatJus). É uma plataforma que funciona como banco de dados de pareceres e notas técnicas a fim de auxiliar os magistrados em suas decisões, fornecendo fundamentos científicos para decidirem se concedem ou não determinados tratamentos ou medicamentos. Tais pareceres e notas se fundamentam na Medicina Baseada em Evidências que, para responder uma questão clínica, busca a melhor evidência científica disponível e a expertise do(s) profissional(is) envolvido(s).

Espalhados pelos tribunais do país, os Núcleos assistem os tribunais, uma vez que os juízes não são especialistas em medicamentos e precisam de informações técnicas confiáveis e com lastro científico, para melhor decidirem. Desde a Constituição Federal (1988) e a lei 8080/90 (que instituiu o Sistema Único de Saúde), e particularmente nos últimos anos, tem aumentado acentuadamente o número de demandas judiciais envolvendo prescrição e uso de medicamentos, algumas vezes gerando conflitos entre o direito individual ao acesso ao medicamento, contra sua indisponibilidade no sistema (precisa ser importado), eficácia comprovada, preço alto e relação custo/benefício, entre outros aspectos.

No Paraná, o primeiro e único NatJus do interior do estado está em Londrina, na forma de um projeto de extensão do Departamento de Ciências Farmacêuticas, coordenado pelo professor Camilo Molino Guidoni. O projeto vigente (2020-2025) é na verdade a segunda versão, pois a primeira atuou de 2017 a 2020, e surgiu de uma demanda externa, de uma solicitação do juiz da 3ª Vara Federal de Londrina, Bruno Henrique Santos. Guidoni fazia parte do Conselho Regional de Saúde e a crescente judicialização dos medicamentos levou à criação do NatJus.

Para se ter uma ideia, o professor informa que, entre 2010 e 2016 (antes dos Núcleos), houve um aumento de 547% nos gastos públicos com medi-

camentos em decorrência de demandas judiciais. E em 2017, só no Paraná, praticamente a metade dos recursos destinados à aquisição de medicamentos (49%) foram gastos por ordem judicial. Diante deste cenário, o professor defende um amplo e urgente debate sobre o conflito entre a dimensão comercial e a saúde pública e suas políticas. Simplesmente quebrar uma patente pode não resolver o problema dos custos.

### NÃO É PERÍCIA!

O NatJus não faz perícias judiciais, mas notas técnicas, ou seja, documentos clínicos científicos que, no caso, versam sobre tecnologia farmacêutica. Um exemplo: uma ação judicial solicita um determinado remédio para tratamento de osteoporose. O juiz então aciona o projeto para fundamentar sua decisão de autorizar ou não.

A nota técnica tem duas partes: farmacêutica e médica. A primeira consiste em 10 questões-padrão a serem respondidas pelo farmacêutico. Como estas: o medicamento requerido tem registro na Agência de Vigilância Sanitária? É adequado para a doença em foco? Existe em versão genérica ou similar? Qual seu valor de mercado? Ao mesmo tempo, os médicos do projeto respondem outras 13 perguntas sobre a doença, estado clínico do paciente, possibilidade de outros tratamentos antes. E, em ambos os casos, sobre o PCDT - Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas - que definem critérios para o diagnóstico e tratamento da referida doença.

Podem chegar ao projeto casos mais ou menos difíceis, de vários pontos de vista. Um exemplo dado pelo coordenador: um paciente vai à Justiça pedir infusão de insulina (contínua). Pode ser que as condições clínicas não indiquem este, mas outro procedimento. Porém, existe o fator conforto do paciente, que pode pesar. Agora imagine um paciente grave que necessita de um medicamento muito caro e que vai apenas prolongar sua vida por poucos meses. O dilema extrapola as partes do processo, porque quando se trata de recursos do SUS, é bom lembrar que eles são limitados.



“Entre 2010 e 2016, houve um aumento de 547% nos gastos públicos com medicamentos em decorrência de demandas judiciais”, relata o professor Camilo Guidoni

É cruel, mas às vezes é uma questão de decidir entre um remédio caro para poucos, ou mais comuns para muitos.

### ESPECIALIDADES

Atualmente, o projeto conta com médicos de sete especialidades: Pneumologia, Reumatologia, Infectologia, Neurologia, Nefrologia, Oncologia e Gastrologia. Além deles e dos farmacêuticos, participaram ou participam

alunos de graduação, inclusive de Iniciação Científica (IC) e Iniciação à Extensão (IE), e de pós-graduação – até um doutorando, segundo o professor Camilo. Os alunos disseminam o projeto em eventos científicos.

Um ponto forte do projeto são as parcerias. Ele conta com participantes da PUC de Londrina, UNESP/Botucatu e três farmacêuticos da 17ª Regional de Saúde (Londrina), além do juiz federal Bruno Henrique Santos e ainda um convênio da UEL com o Tribunal de Justiça do Paraná, que aliás está prestes a ser renovado.

Desde 2017, o projeto já elaborou quase 450 notas técnicas e, de acordo com o coordenador do NatJus Londrina, elas pesam muito nas decisões judiciais e têm recebido uma avaliação muito positiva do Poder Judiciário.

Se contar que cada nota técnica representa produção de conhecimento científico qualificado, o projeto é particularmente profícuo. Cabe lembrar do banco de dados que o CNJ está montando com todos os pareceres e notas, que se tornam, além de apoio à Justiça, material de consulta para atividades de ensino e de pesquisa. E como extensão, o projeto ajuda na formação profissional e está indicado para a curricularização.



Desde 2017, o projeto já elaborou quase 450 notas técnicas e, de acordo com o coordenador do NatJus Londrina, elas têm recebido uma avaliação muito positiva do Poder Judiciário



# Dos filhos de outros solos

**Estudantes se aprofundam na compreensão dos institutos de refúgio e asilo, dos movimentos migratórios e dos deslocamentos forçados de populações pelo mundo**



“O Brasil é um país de imigrantes. Londrina é um caso clássico”, afirma o professor Cláudio César Moreno

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

No tempo em que se leva para ler o título desta matéria, uma pessoa a mais no mundo está sendo forçada a se deslocar, dentro ou fora de seu país, por razões políticas, religiosas, ambientais ou alguma outra. Por dia, são mais de 44 mil pessoas. Num ano, pode chegar a quase 70 milhões, como aconteceu em 2017.

Este é apenas um dado, perto do cenário mundial, foco do projeto de ensino “Programa de Formação Complementar no ensino de graduação em refúgio, asilo político e migrações”, coordenado pelo professor Cláudio César Machado Moreno, atual chefe do Departamento de Direito Privado.

Docente de Direito Internacional Privado, o professor sentiu a necessidade do projeto e o interesse dos alunos quando participava de um outro, na área. A realidade está aí: Londrina recebeu um contingente de venezuelanos, enquanto cidades da região metropolitana, como Cambé e Rolândia, acolheram haitianos e bengaleses.

O projeto tem como fontes de dados, entre outros, órgãos como a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). Instituído em 2013 por um termo de cooperação entre o Ministério do Trabalho, Conselho Nacional de Imigração e Universidade de Brasília, o OBMigra tem registrado um crescente número de pedidos de refúgio de estrangeiros no Brasil, só interrompido pela pandemia, que restringiu os deslocamentos. Se em 2011 o Ministério da Justiça registrou 1.465 pedidos, em 2019 foram 82.552. Em 2020 e 2021, caíram para cerca de 29 mil, e em 2022 o número voltou a subir, atingindo 50.355. Destes, 4,4% vieram para o Paraná.

Do total de refugiados, quase 1 em cada 3 (33.753) eram venezuelanos, seguidos de cubanos, angolanos, colombianos, chineses, nigerianos, afegãos e peruanos. A Venezuela também chama a atenção pela faixa

etária dos refugiados: 12.444 eram menores de 15 anos. Já os pedidos de mulheres vêm mais do Haiti e República Dominicana.

No panorama mundial, Turquia e Colômbia são os países que mais recebem estrangeiros. Foram quase 3 milhões só no ano passado.

O deslocamento forçado pode ocorrer por várias razões. Um caso interno é o de Sobradinho (Bahia), nos anos 70. Por causa da formação do lago em decorrência da barragem no rio São Francisco, as populações de cinco cidades tiveram que abandonar suas casas e se mudar para outros pontos, rebatizados com os mesmos nomes: Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Sobradinho – como cantaram Sá e Guarabira. A obra é grandiosa – o lago pode ser visto de órbita. Mas custou o desalojamento de aproximadamente 70 mil pessoas.

Também, o deslocamento pode ser por guerra, como é o caso da Síria, Ucrânia e Sudão do Sul, onde há deslocamentos internos e para fora do país. Pode ser ainda por questões ambientais ou econômicas, mas geram um problema: ambas não se encaixam no refúgio para o Brasil. Aliás, este é o tema da tese de Doutorado do professor Cláudio, que pesquisa uma ressignificação do conceito de refugiado.

É possível ainda que a própria ação do Estado force parte de sua população a se deslocar. É o caso das mulheres afegãs, muito oprimidas pelas leis de lá. Ou o Estado pode apenas “fazer vista grossa”, como em Mianmar (sudeste asiático), onde uma minoria muçulmana, os Rohingya, é perseguida. Perto de 3.000 aldeias deles foram incendiadas nos últimos anos, e cerca de 200.000 mil fugiram para Bangladesh nos últimos 20 anos.

## REFÚGIO OU ASILO?

O coordenador do Programa explica a diferença entre refúgio e asilo. Normalmente, o refúgio é concedido a um grupo ou conjunto mais numeroso de pessoas, enquanto o asilo costuma ser um caso individual ou de poucas pessoas. O refúgio é solicitado em razão de perseguição religiosa, guerra, dissidência política, e é concedido pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça. Além disso, existe o Estatuto do Refugiado (Lei 9.474/97).

Já o asilo tem natureza política, ou seja, é especificamente associado à perseguição política no país de origem. Não há uma lei específica, e a concessão é constitucionalmente estabelecida (artigo 4º) e prerrogativa do Presidente da República.

Um estrangeiro que solicita refúgio no Brasil e não é inadmitido de pronto, recebe um visto provisório, o que já lhe garante todos os direitos fundamentais de um brasileiro, como o atendimento no SUS e registro em carteira de trabalho. Mas a partir daí ele fica por sua própria conta. Outros países oferecem algum auxílio, como moradia ou uma bolsa, porém o Brasil não dispõe de tais políticas públicas. Aí normalmente entram as organizações não-governamentais e as igrejas.

O professor explica que algumas poucas cidades, como São Paulo, possuem um Conselho para Refugiados. Não é à toa: 40% deles vão para lá. Já em cidades como Londrina, é a Cáritas, da Igreja Católica, que oferece algum suporte. Ela é a maior en-

tidade mundial de ajuda a refugiados. Entretanto, o Paraná possui o Conselho Estadual dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), instituído pela Lei 18.465/2015 e ligado à Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania.

Por falar em cidadania, este é outro processo, chamado de naturalização, ou seja, a aquisição da nacionalidade brasileira. Comumente, quando um estrangeiro obtém a cidadania brasileira, perde a original. Mas não necessariamente, há vários casos em que é possível manter as duas. Outro ponto é que aquele reconhecido como refugiado não pode voltar ao país de origem, sob pena de perder a condição.

## PAÍS DE IMIGRANTES

Cláudio Moreno não deixa de lembrar: o Brasil é um país de imigrantes. Foram muitas “ondas” imigratórias durante cinco séculos, várias incentivadas pelos governos, além das migrações entre regiões, normalmente em razão dos ciclos econômicos. “Londrina é um caso clássico”, ele resume, referindo-se a toda a propaganda governamental envolvida no incentivo à ocupação do norte/noroeste do Paraná, um século atrás.

O professor aponta, como curiosidade, um aspecto que até facilitou as migrações no país: a pena de degredo. Durante o período colonial, o Brasil e a África receberam degredados de Portugal pelos mais variados crimes previstos na legislação lusa: de furtos e blasfêmias a heresias e fabricação de moedas falsas, incluindo aí o lesa-majestade. Se o degredado retornasse a Portugal, enfrentaria a pena de morte. Uma capital brasileira nasceu, no século XVII, relacionada a esta ideia: Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis.

Embora muitas vezes romantizada, a vinda dos imigrantes não foi fácil. Além das condições geográficas diferentes, a maioria não encontrou subsídios do governo, e pior: grande parte chegou antes da abolição da escravatura, ou durante a transição do trabalho escravo para assalariado, o que tornou muito difíceis as relações de trabalho. “Muitos ainda encontraram a figura do feitor das fazendas de café”, observa o professor. Para quem fugiu da falta de oportunidades ou até de guerras, não foi bem a descoberta de Utopia.

## PROTEÇÃO LEGAL

De acordo com o professor Cláudio, as leis brasileiras sobre refúgio são consideradas um marco mundial. Internacionalmente, ele conta, legislações sobre o tema eram basicamente restritas aos europeus, por causa das Grandes Guerras. Depois da Segunda é que o interesse aumentou. Assim, existem fundamentalmente duas Convenções Internacionais, a de Genebra (1951) e a de Nova York (1967), que ampliou os direitos a outros povos, não-europeus. O docente cita ainda a Declaração de Cartagena (1984), que tratou do Asilo e Proteção Internacional de Refugiados na América Latina.



# Por uma nova Teoria Geral

**Pesquisadora aplica pressupostos do Construtivismo Lógico-Semântico e elabora uma nova Teoria Geral do Direito, a partir da área de Tributário**

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

A professora Aurora Tomazini de Carvalho (Departamento de Direito Público) tem se dedicado, há 15 anos, à construção de uma Teoria Geral do Direito, a partir dos pressupostos do Construtivismo Lógico-Semântico, um método de conhecimento e estudo do Direito desenvolvido pelo professor Paulo de Barros Carvalho (PUC-SP), orientador de Aurora no Mestrado e no Doutorado (concluído em 2008), assim como orientou nomes como Carlos Ayres Britto, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal.

Paulo de Barros começou a formular sua teoria dentro do Direito Tributário, ramo em que é docente e de boa parte dos mais de 60 livros que publicou. Ele é reconhecido internacionalmente por ser o criador da Teoria da Incidência da Norma Tributária, que se baseia nos estudos do filósofo pernambucano Lourival Vilanova e que aplica a Linguística à interpretação da norma legal, discutindo o próprio conceito de “norma”.

Não se trata de uma teoria abstrata, salienta Aurora. Ela é aplicável tanto em sala de aula, na graduação, quanto em cursos preparatórios. Ao se referir às obras publicadas, particularmente “Curso de Teoria Geral do Direito” (7ª edição, 800 páginas, 2023), sua Tese de Doutorado, ela brinca que “é o ABC do PBC”, ou seja, o fundamental para compreender os pensamentos de Paulo de Barros Carvalho.

O Construtivismo Lógico-Semântico é um método de estudo do Direito. Bebendo em fontes diversas, ele toca na Filosofia do Conhecimento, como método de conhecimento científico. Mas a pesquisadora observa que a ciência não descreve um objeto, mas o constrói, porque passa pelo filtro do observador. Ela adota uma ideia da Filosofia da Linguagem, em oposição a uma Filosofia da Consciência, que defende a representação, o co-

nhecimento descritivo. Só que um objeto, em última instância, só existe na linguagem, no discurso. Tal postulado remonta a teoria semiótica (que Aurora estudou, como o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913)) e, antes disso, o conceito de “universais” do Nominalismo medieval.

Assim, o conhecimento científico é construído com ferramentas da Lógica, que ajuda a chegar ao que é verdadeiro através de proposições racionais; e da Semântica, com a ajuda da coerência e de conteúdos que combinam entre si, fazendo uma “amarracção” (termo do próprio PBC).

Na prática, a teoria indaga, por exemplo: o que é (qual a definição de) norma? Parece mais fácil do

que é. O Direito recorre aos Princípios como uma de suas fontes. Eles são normas? Assim, tudo depende de estabelecer o mais acuradamente possível uma definição ou conceito, para que se possa aplicar o Direito com mais precisão e assim realmente promover a Justiça. Um exemplo no Tributário: a Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso VI, alínea “b”, veda instituir impostos sobre “templos de qual-

quer culto”. Mas... como delinear este conceito, sua abrangência e extensão? Como se define “culto”? E “templos”? Foram necessárias Emendas Constitucionais e decisões do Supremo Tribunal Federal (que tem a última palavra sobre a interpretação do texto da CF 88) para estabelecê-lo, ou até ampliá-lo.

A teoria em construção busca, portanto, categorias que se repetem nos diferentes ramos jurídicos. Por exemplo: normas, aplicação, fonte, fato jurídico, entre outras, são categorias encontradas no Direito Civil, Penal, Comercial, Tributário, Processual, Administrativo, todos. Fica clara, assim, a estreita relação entre o Direito e a Linguagem. Ou, em outras palavras, o Direito se materializa em uma linguagem prescritiva impregnada de valor, isso porque um fato qualquer só interessa ao Direito a partir do momento em que ele se torna um fato jurídico. E isto não é um jogo de palavras!

**A teoria em construção busca, portanto, categorias que se repetem nos diferentes ramos jurídicos. Por exemplo: normas, aplicação, fonte e fato jurídico**



Para a professora Aurora, a lógica serve para conduzir ao que é verdadeiro, com proposições racionais; a semântica leva à coerência, a conteúdos que combinam alguns dos livros publicados em coautoria entre a professora Aurora e o jurista Paulo de Barros Carvalho (abaixo, em entrevista à pesquisadora)





# Endodontia tecnológica

**Projeto de ensino apresenta inovações tecnológicas e busca reduzir hiato entre a academia e a prática profissional, além de despertar o interesse pela área**

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

Há três anos na UEL, o professor Douglas Giordani Negreiros Cortez (Departamento de Odontologia Restauradora) desde o início pensava em um conceito: inovação. Com apoio de colegas do Departamento, criou o projeto de ensino “Introdução a tecnologias aplicadas ao tratamento endodôntico”, em execução há pouco mais de um ano. De acordo com a proposta, o objetivo é introduzir aos alunos de graduação em Odontologia, de maneira teórica e prática laboratorial, tecnologias aplicáveis à Endodontia (tratamento de canal).

Segundo o coordenador do projeto, a Endodontia registrou grandes e importantes avanços tecnológicos nos últimos anos, notadamente em exames de imagens e procedimentos cirúrgicos, além de materiais. De fato, ele aponta, houve avanços em todas as fases do tratamento. Porém, embora incorporadas à prática profissional, tais tecnologias ainda são caras e não estão disponíveis na maioria das faculdades de Odontologia. Daí a importância do projeto, que apresenta as inovações em nível teórico e atividades laboratoriais, já que o curso também não possui os equipamentos.

O professor exemplifica: alguma dificuldade para visualizar e entender a anatomia do canal a ser tratado? Existe um tomógrafo específico, com excelente qualidade de imagem. O problema é enxergar pontos muito pequenos? Há um microscópio operatório para resolver isso. E o velho raio X pode ser substituído por sensores digitais, que dão mais segurança ao profissional e mais conforto aos pacientes, sem contar a agilidade e rapidez dos resultados.

Quanto aos materiais, Douglas fala do NiTi, liga metálica de níquel-titânio que pode minimizar os erros de procedimento e aumentar a segurança durante o preparo dos canais, uma vez que possui superelasticidade e efeito de memória de forma. Biomateriais para obturação são outro exemplo, além dos avanços nos medicamentos (como antibióticos), graças ao maior conhecimento da Microbiologia das infecções.

## FORMAÇÃO

O projeto foi concebido justamente para mudar a perspectiva dos estudantes de Odontologia, e mostrar

que os avanços permitem um trabalho de qualidade, e assim despertar o interesse e a confiança pela prática da Endodontia – disciplina que os alunos têm na segunda série da graduação, e há quatro docentes da área no Departamento. Ao mesmo tempo, a formação se aproxima da realidade profissional e do mercado. Afinal, dezenas de milhões de pessoas todos os anos entram num consultório odontológico no Brasil em razão de um problema endodôntico.

O professor Douglas iniciou com a parte teórica, mas já expandindo seu foco. A pedido do Colegiado de Odontologia, ministrou conteúdo para todo o 5º ano, num total de mais de 50 alunos. Já a parte prática será desenvolvida com duas turmas de 10 alunos cada. A parte teórica, porém, já alcançou um dos objetivos do projeto: despertar o interesse dos estudantes pela área. Para alguns, segundo o docente, foi uma verdadeira descoberta. Não foi muito fácil: conforme explicou, foi preciso encaixar horários nas “janelas” do calendário de aulas. Mas nada intransponível, e uma nova turma deve começar logo.

Os alunos que já participaram avaliaram muito positivamente. “Foi uma experiência muito boa. Haveria demanda para mais”, observa Douglas. Outros aspectos positivos acabaram surgindo no desenvolvimento do projeto. Primeiro, que a apresentação e conhecimento de novas tecnologias derrubam alguns mitos. E mitos em torno da saúde bucal não faltam, como o de que antibióticos causam cárie, ou que o enxaguante substitui a escovação. É bom lembrar que muita gente foge do dentista baseado em informações errôneas.

Segundo Douglas, o projeto conta com algumas parcerias com empresas privadas que emprestam equipamentos e materiais. O coordenador lembra que a participação dos estudantes não tem custos, exceto um kit de instrumentos. Excepcionalmente, se o aluno não puder arcar, uma das parcerias pode ajudar.



Professor Douglas Cortez: “A Endodontia registrou grandes e importantes avanços tecnológicos nos últimos anos. Houve avanços em todas as fases do tratamento”



Microscópio, motor de endodontia e localizador Apical Eletrônico são algumas das inovações





## PRATELEIRA

Veja os livros publicados pela Edue!

# Livro da Edue! desvenda o universo do escritor Gabriel García Márquez

MIRIAN PERES DA CRUZ

A Editora da Universidade Estadual de Londrina (Eduel) lança o livro *Gabriel García Márquez: Jornalismo & Ficção* – Maria Cecília Guirado (org.), 208 páginas, 2023. O título reúne análises sobre a obra e o processo de criação do escritor, jornalista e ativista político, o colombiano Gabriel García Márquez, carinhosamente chamado de Gabo. Autor do clássico da literatura latino-americana, *Cem Anos de Solidão*, ele foi agraciado com o prêmio Nobel de Literatura em 1982.

O livro é resultado dos estudos desenvolvidos desde 2012 na UEL, inicialmente pelo grupo Imagens midiáticas da América Latina nos textos jornalísticos-literários de Gabriel García Márquez, que deu origem ao grupo Gabo de pesquisa, coordenado pela professora Maria Cecília Guirado, do Departamento de Comunicação da UEL, organizadora da obra.

O prefácio é do jornalista José Maschio e o posfácio é assinado pela jornalista e professora da UEL, Linda Bulik. Com colaboração de dois professores da Universidade de Cartagena (Colômbia), os jornalistas Sara Bozzi e David Lara Ramos, o lançamento da Edue! conta com outros seis autores. Eles esmiuçam a obra literária do escritor, desvendando as inúmeras representações da relação entre ficção e realidade.

São oito artigos sobre o processo criativo do colombiano, que desta-

cam as diferentes facetas do repórter Gabo. “O livro discute algumas obras, o processo de criação, e analisa a ínfima distância entre realidade e ficção na obra do Gabo. Esse é o ponto mais importante que passa por todos os capítulos”, diz a professora Maria Cecília Guirado.

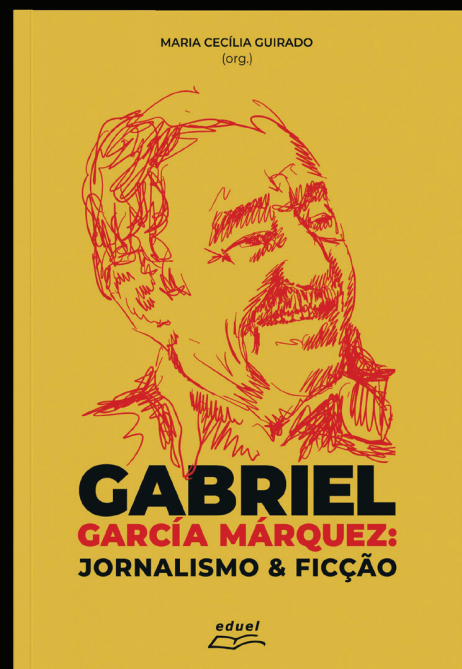
Com a experiência da pesquisa de campo feita entre 2016 e 2017, na costa caribenha da Colômbia, a professora detalha a literatura do escritor, pautada na relação entre jornalismo e ficção. “Não há nada na literatura do Gabo que não tenha uma âncora na realidade, uma realidade mágica. É justamente aí que está a graça do texto”, destaca a organizadora do livro.

Além da publicação do livro pela Edue!, hoje o Grupo Gabo de pesquisa gera inúmeros trabalhos acadêmicos nas esferas da graduação, iniciação científica e pós-graduação, o que possibilita a participação em congressos, produção de artigos e matérias jornalísticas.

Lacuna – Junto com o fascínio pelo universo do autor colombiano, o grupo de pesquisa surgiu devido à ausência de pesquisas e a escassez de publicações acadêmicas sobre as obras. “Por conta da lacuna de estudos sobre o Gabo no Brasil e pela minha paixão pela obra literária dele, eu resolvi, logo que entrei na UEL, criar o grupo de pesquisa”.

Conforme as pesquisas avançaram, o interesse pela obra de Gabo só cresceu ao longo dos anos, dando origem a outras iniciativas. Em 2013, por exemplo, foi produzida a adaptação de “Doze contos peregrinos” para a linguagem radiofônica, um projeto que evoluiu para o “Conto falado da literatura para o rádio: imagens da América Latina”, veiculado pela Rádio UEL FM, durante dois meses, abril e julho de 2014.

Em 2018, o grupo ganhou o BlogdoGabo, que mais tarde se transformou na revista online *Jornalismo & ficção: América Latina e Caribe*, disponível em [www.jornalismoeficcao.com](http://www.jornalismoeficcao.com). O grupo Gabo de pesquisa ainda mantém conteúdos nas plataformas do YouTube e Spotify.

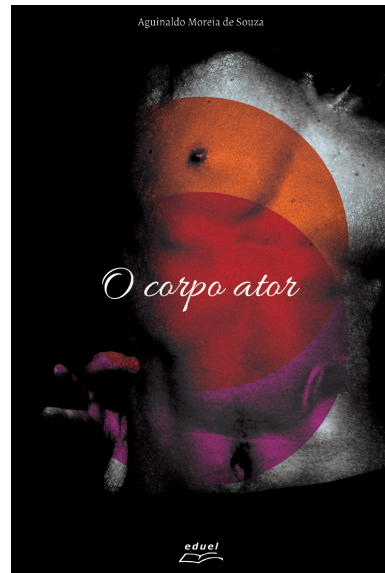


### Serviço

Livro “Gabriel García Márquez: Jornalismo & Ficção – Maria Cecília Guirado (org.), 208 páginas, 2023”.

Onde comprar: site da Edue! – [www.edue!.com.br](http://www.edue!.com.br); ou Livraria da Edue!, localizada no Campus Universitário, perto da Biblioteca Central (BC).

Contatos: [livrariaedue!@uel.br](mailto:livrariaedue!@uel.br) ou (43) 3371 4691.



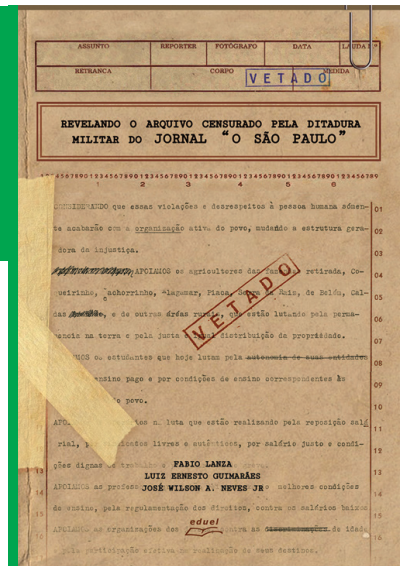
**O corpo ator (reimpressão)**  
Autor: Aguinaldo Moreira de Souza  
2013, 158 páginas

O livro, resultado de pesquisas desenvolvidas durante cinco anos na UEL, traz apontamentos sobre a criação teatral e metodologias acerca do treinamento de ator. Também abarca os temas formação do artista e processos criativos. O objetivo é trazer uma proposta de treinamento com características técnica e modo de composição de cenas, apresentadas como resultado principal da pesquisa.

## Revelando o arquivo censurado pela ditadura militar do jornal “o São Paulo”

Autores: Fabio Lanza; Luiz Ernesto Guimarães; José Wilson A. Neves Jr.  
2019, 192 páginas.

A obra é um registro da ação da censura ao conteúdo do semanário “o São Paulo”, durante o período de repressão de 1964 a 1985. Pesquisadores se reuniram para organizar fontes documentais, com o objetivo de extrair do material analisado as correlações com a realidade social do período. É uma obra indicada para trabalhos de pesquisa documental em diversas áreas das ciências humanas, entre elas, sociologia, história, ciência política, arquivologia e comunicação.



### Serviço

Os livros publicados pela Edue! são comercializados no site – [www.edue!.com.br](http://www.edue!.com.br) e na Livraria, que fica no Campus Universitário, perto da Biblioteca Central (BC).  
Funciona de segunda-feira a sexta-feira, das 8h às 19h.

### Contatos Edue!

[livrariaedue!@uel.br](mailto:livrariaedue!@uel.br) ou (43) 3371 4691 - [edue!@uel.br](mailto:edue!@uel.br) ou (43) 3371 46 73

### Sobre a Edue!

Criada em 1995, a Edue! é uma editora universitária que publica livros em seis linhas editoriais: Livros Acadêmicos, Arquivo e Memória, Diálogos Pedagógicos, Infantojuvenil, Expressão Artística e EAD. A Edue! é filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), Associação Brasileira de Direitos Reprográficos (ABDR) e Câmara Brasileira do Livro (CBL).





# Uma mãozinha para a Natureza

**Ações extensionistas oferecem apoio técnico para restauração e manejo de vegetação nativa em propriedades rurais e reservas indígenas da região**

JOSÉ DE ARIMATHÉIA

Os antigos diziam que a melhor maneira de preservar a Natureza é não mexer com ela. Até certo ponto, ela tem capacidade de curar a si mesma. Quando a ação antrópica (humana) é forte demais para isso, entram iniciativas como o projeto de extensão “Restauração ecológica e adequação ambiental na zona rural”, coordenado pelo professor José Marcelo Domingues Torezan, do Departamento de Biologia Animal e Vegetal.

Iniciado em 2021, o projeto sucede e unifica outros, com os mesmos objetivos, e faz parte do LABRE (Laboratório de Biodiversidade e Restauração de Ecossistemas), que existe há quase um quarto de século e desenvolve pesquisa, extensão e capacitação para formação de recursos humanos que atuam diretamente com a restauração ecológica. Para tanto, o Laboratório busca entender como as mudanças no clima e nas paisagens afetam os ecossistemas (tanto remanescentes de Mata Atlântica quanto sítios de restauração), e como a pesquisa em Ecologia pode contribuir para melhores práticas de conservação e reflorestamento. O projeto atua tanto sob demanda da comunidade quanto por iniciativas próprias.

O professor José Marcelo explica que, desde 2010, houve queda expressiva na demanda, mais ainda a partir da vigência do novo Código Florestal (Lei 12.651, de 25 de maio de 2012), que alterou certas exigências para conservação dos recursos naturais. Por outro lado, criou o CAR (Cadastro Ambiental Rural). Trata-se de um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório a todos os imóveis rurais, para integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa. O objetivo é compor uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Ainda assim, a falta de fiscalização efetiva e mesmo o desconhecimento da lei e de técnicas podem levar ao descumprimento da legislação. “Não houve tanta adesão”, resume o professor. A boa notícia, segundo ele, é que tem havido ações de recuperação na zona rural, em parte por causa do maior acesso a recursos financeiros que garantem investimentos neste sentido.

José Marcelo destaca também projetos como o

CUIA (Comissão Universidade para os Indígenas), que existe há mais de 15 anos. É um exemplo de esforço multidisciplinar (que reúne, por exemplo, Serviço Social e Biologia) que atua na prática. Uma das iniciativas bem sucedidas foi visando a preservação de uma nascente na reserva Apucarantina, que tem indígenas estudando na UEL. Plantio de árvores e outras técnicas foram propostas e adotadas, além de orientações, como aquela antiga de deixar a Natureza agir.

O projeto realiza um diagnóstico formal das condições locais onde vai atuar, o que inclui uma descrição geral (ecológica, econômica, etc.): existem espécies invasoras? Que atividades econômicas são ou planejam ser desenvolvidas? Que animais existem por lá (gado, silvestres?). A partir daí são pensadas ações, mas tudo após orientações e reflexões. Por exemplo, o coordenador informou que no momento a comunidade indígena discute e decide que rumos tomar. “O componente social é autônomo e o projeto trabalha conforme as necessidades e decisões da comunidade”, afirma José Marcelo.

Outras ações do projeto, em assentamentos rurais, dizem respeito aos processos de certificação de produtos orgânicos. Entre as exigências para ela (além das dimensões agrícola e trabalhista), é preciso demonstrar uma regularidade ambiental. Da mesma forma, o projeto orienta e apoia os cuidados para o cumprimento das regras referentes às áreas de proteção e de reserva legal. Mas há problemas neste último caso, salienta o professor. É que a área exigida depende do bioma, o que gera alguma discussão.

## OFICINAS E CURSOS

Outras ações do projeto são as oficinas e cursos para as comunidades atendidas, e em todos um foco é sempre enfatizado: olhar para a Natureza. Também materiais de apoio, como folhetos de orientação, têm sido produzidos, mas o professor José Marcelo diz que um material específico para a comunidade, mais acessível, está sendo elaborado. Ainda para os estudantes participantes, é oferecida uma disciplina especial de restauração ecológica. O projeto conta também com mestrandos e doutorandos, bolsistas da CAPES. Quanto à curriculização da extensão, o professor lembra que o curso de Biologia acabou de aprovar o novo currículo e ele tem participado formalmente da discussão do assunto no Centro de Ciências Biológicas.



Professor José Marcelo: tem havido ações de recuperação na zona rural, em parte por causa do maior acesso a recursos financeiros que garantem investimentos neste sentido

